



AFRESP – Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo
Fundada em 28/02/1948
Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº. 277, de 05/05/1949
Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº. 40.019 de 01/11/2000

Ofício Circular – Conselho Deliberativo n.º 06/16

Senhor (a) Conselheiro (a),

Nos termos do artigo 47 do Estatuto Social da AFRESP, fica Vossa Senhoria convocada para a Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, a ser realizada no dia 17 de setembro de 2016, sábado, a partir das 09 horas, na Sede Social da AFRESP - Av. Brigadeiro Luís Antônio, 4843 - Sala de reuniões “Benedito Franco da Silveira Filho” - 4º andar, com a ordem do dia abaixo:

- 1) Discussão e votação e aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 26.08.2016;
- 2) Relatório de Acompanhamento Orçamentário do 2º Trimestre de 2016;
- 3) Processo C.D. nº15/2016 - Criação do Fundo de Apoio ao AFR;
- 4) Processo C.D. nº 20/2016 - Contrato de Prestação de Serviços de Recontratualização e Revitalização dos Credenciados da Amafresp;
- 5) Processo C.D. nº 11/2016 – Campanha publicitária da AFRESP nos outdoors;
- 6) Processo C.D. nº 10/2014 - Alteração do Regulamento FUNDAFRESP - Casa do AFR;
- 7) Processo C.D. nº 39/2015 - Discussão sobre o Funcionamento das Comissões Técnicas do Conselho Deliberativo – Requerimento do Conselheiro Paulo Henrique do Nascimento (Pesquisa de Satisfação);
- 8) Processo C.D. nº 15/2015 – Ações Jurídicas;
- 9) Processo C.D. nº 12/2016 – Solicitação de Prestação de Contas do Fundafresp;
- 10) Demais assuntos relacionados à Classe.

As despesas serão ressarcidas, sendo importante que Vossa Senhoria confirme sua presença, com antecipação, para necessária reserva de hotel, através do telefone (11) 3886-8819 ou por e-mail: alineinson@afresp.org.br.

Sendo o que se apresenta para o momento, apresentando votos de elevada estima e distinta consideração.

Paulo Henrique Cruz



AFRESP – Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo
Fundada em 28/02/1948
Reconhecida de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº. 277, de 05/05/1949
Reconhecida de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº. 40.019 de 01/11/2000

Presidente do Conselho Deliberativo